

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 9, Número 1, Maio de 2020

**Os últimos 30 anos na política mundial:
o que mudou?**

Francis Fukuyama

O fim da história revisitado

Yascha Mounk

**Os iranianos se afastam da
República Islâmica**

Ladan Boroumand

Uma Índia iliberal?

Sumit Ganguly

**Eleições Municipais:
o que 2020 nos reserva?**

Humberto Dantas

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

| | |
|--------------------|--------------------------------|
| CONSELHO EDITORIAL | Bernardo Sorj Sergio Fausto |
| TRADUÇÃO | Fabio Storino |
| REVISÃO TÉCNICA | Otávio Dias Beatriz Kipnis |
| DIAGRAMAÇÃO | Lisia Lemes / PlanoBWeb |

Journal of Democracy em Português, Volume 9,
Número 1, São Paulo, Maio de 2020
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em janeiro de 2020, o *Journal of Democracy* completou 30 anos de existência. Para marcar a data, publicou artigo de Francis Fukuyama em que o diretor do Centro de Estudos sobre Democracia da Universidade Stanford analisa o que mudou na política mundial nas últimas três décadas, e como essas mudanças se refletiram nas páginas da publicação.

“O Muro de Berlim havia acabado de cair e nas décadas seguintes houve um grande avanço democrático. (...) Atualmente, vivemos o que Larry Diamond chama de recessão democrática, que pode se transformar em uma depressão generalizada. As páginas do *Journal* refletiram tal mudança, indo de um otimismo cauteloso a uma preocupação crescente diante do surgimento de novas ameaças à democracia”, escreve o autor.

No segundo artigo desta edição do *Journal em Português*, Yascha Mounk revisita o célebre ensaio de Fukuyama *O Fim da História* (1989). “Na medida em que as certezas de outrora se dissiparam pelo ar, virou moda generalizar os acontecimentos políticos recentes como ‘o fim do fim da história’. (...) Mas, embora haja hoje uma forte razão para acreditar que as contradições da democracia liberal vão muito além do que se havia pensado, ainda é cedo para dizer se os populistas serão capazes de construir regimes políticos nos quais essas tensões sejam menos severas”, escreve o professor da Universidade John Hopkins.

Ambos os textos foram escritos e publicados originalmente em inglês antes do início da pandemia do Novo Coronavírus, cujos efeitos nas sociedades, na política nacional e internacional e nas economias domésticas e global só serão sentidos e avaliados a médio prazo.

Também é este o caso do terceiro artigo, escrito por Ladan Boroumand (Centro pelos Direitos Humanos no Irã) no final do ano

passado, quando o regime dos aiatolás reprimiu brutalmente protestos em mais de 80 cidades iranianas, causando mais de 200 mortos. “Nas últimas quatro décadas, a República Islâmica do Irã tem sido o crivo do terceiro maior desafio ideológico do mundo (após o fascismo e o comunismo): um ataque contínuo e persistente à democracia liberal. (...) Mas cada vez mais a sociedade iraniana demanda liberdade e, se esse movimento for bem sucedido, poderá dar força à causa liberal-democrática global”, disse.

O quarto texto, de Sumit Ganguly (Universidade de Indiana), analisa os sinais preocupantes do surgimento de uma Índia iliberal, sob o comando do premiê Narendra Modi, do BJP (partido ligado ao movimento nacionalista hindu). “A Índia sobreviveu enquanto um Estado funcional, embora caótico, por conta de seu comprometimento (ainda que falho e parcial) com a democracia liberal. Desmontar esse alicerce e abandonar o ideal de igualdade perante a lei em nome da utopia nacionalista hindu do BJP traria consequências perturbadoras”, afirma.

Em artigo inédito, o cientista social Humberto Dantas (USP) se propõe a oferecer “uma visão abrangente e empiricamente fundamentada” das eleições para prefeito e vereador no Brasil, realizadas sempre dois anos depois (ou antes) das eleições nacionais. Em 2020, o primeiro turno está marcado para 4 de outubro, mas ainda não se sabe se será necessário adiá-lo em função da pandemia de Covid-19.

“Compreender o impacto das eleições municipais sobre os pleitos estaduais e federais seguintes, bem como entender inversamente como tais disputas influenciam as corridas municipais, é assunto que tem desafiado a ciência política. Uma coisa se sabe: a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”, escreve o autor.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Eleições Municipais: o que 2020 nos reserva?

Humberto Dantas

Humberto Dantas é cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pesquisador pós-doutorando em Administração Pública pela FGV-SP. Professor universitário, coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Head de Educação do CLP — Liderança Pública. Analista política da 4E Consultoria e comentarista político da Rede Vida de Televisão. Autor da publicação mensal “Brasil em Foco”, da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, e coordenador do blog Legis-Ativo do Estadão. Conselheiro da Fecomércio de São Paulo, no Conselho de Política e Economia.

Em anos recentes tem aumentado a preocupação da ciência política brasileira com as questões associadas à realidade municipal. Importante salientar que este texto não olhará somente para as eleições nas capitais ou naquelas que são chamadas de “as principais cidades do país”. Há que se considerar como relevantes todos os municípios, observando que as disputas ocorrem simultaneamente em todo o país.

A realidade política na maioria das cidades é muito diferente daquela trazida pela imprensa nacional e por muitos analistas que insistem em se concentrar nos grandes colégios eleitorais. Em 2016, por exemplo, menos de 1,7% das 5.570 cidades brasileiras podiam ter segundo turno de acordo com a lei, porque tinham mais de 200 mil

eleitores. Isso significa que, na vasta maioria dos municípios, mais de 98% deles, a eleição para prefeito se dá em turno único.

Igualmente há que se recordar que a imensa maioria daquilo que popularmente se chama de “classe política” é formada por vereadores, que ocupam quase 60 mil postos de representação nas câmaras municipais brasileiras — destaque-se que mais de 80% dos parlamentos locais têm entre nove e onze representantes. Se essa quantidade de gente fosse uma cidade, ela estaria entre as 500 mais populosas do país. Os 57.933 eleitos em 2016 teriam praticamente a mesma dimensão de Juruti, no Pará, a 38º maior população do estado em uma lista de 144 localidades. Maior que Jaguariúna, Taquaritinga ou Santa Isabel, em São Paulo. Considerado o total de candidatos a vereador registrados na Justiça Eleitoral em 2016, esse número saltaria para 463 mil, ou seja, o contingente de candidaturas a vereador naquela eleição equivaleu à população de uma cidade que estaria entre as 50 maiores do Brasil, perto de São José do Rio Preto-SP, São João do Meriti-RJ, Vila Velha-ES ou Betim-MG. Todo esse universo e um eleitorado de mais de 147 milhões de eleitores fazem do pleito municipal brasileiro um dos, se não o maior, do planeta realizado em um mesmo instante.

Constatadas as dimensões das eleições municipais no Brasil, este artigo será dividido em cinco partes, incluindo esta breve introdução. Importante salientar, desde já, que o intuito não é promover aqui uma extensa revisão bibliográfica que confira ao texto um semblante mais acadêmico. O objetivo é oferecer uma visão abrangente e empiricamente fundamentada das eleições locais, numa perspectiva ensaística. Dessa maneira, serão tratadas as seguintes questões:

- 1) a relevância do pleito para o desenvolvimento do quadro partidário, com destaque para o “partido do presidente da República” em perspectiva histórica, o espraiamento da esquerda nos municípios brasileiros a partir de 2003, a bipolaridade entre PT e PSDB, e o peso do MDB na realidade local;

- 2) as possíveis relações entre a eleição local e aquelas realizadas nos estados e na Federação dois anos antes e depois para os mais diferentes cargos – presidente e vice, governadores e vices, deputados federais e estaduais e senadores;
- 3) as novidades para o pleito de 2020, o primeiro a ser disputado depois da extinção das coligações em eleições proporcionais e da criação do Fundo Eleitoral (o fundo já existia nas eleições de 2018, mas esta é primeira eleição local na qual será utilizado), bem como a influência do bolsonarismo, das mídias digitais, das *fakenews* e dos movimentos de renovação política.

Na conclusão, além de uma síntese das questões analisadas, serão destacadas as possíveis mudanças acarretadas pela pandemia causada pelo Novo Coronavírus.

Pleitos municipais e partidos nacionais – existem relações?

Legalmente, partidos políticos no Brasil são organizações nacionais. Isso não significa dizer que precisam estar presentes nas 27 unidades federativas da nação com diretórios ou organismos estaduais, tampouco e muito menos nos cerca de 5.570 municípios brasileiros. Em tese basta que uma legenda se organize em nove estados e será considerada nacional, obtendo a autorização para participar das eleições.

Assim, é esperado que exista uma heterogeneidade bastante significativa na distribuição dos partidos políticos brasileiros pelo território. Segundo Braga e Pimentel (2013), por exemplo, enquanto algumas raras legendas estavam presentes em mais de 5.000 cidades com seus organismos municipais, casos de PT e MDB, outras sequer totalizavam cem localidades, como as chamadas “pequenas legendas

de esquerda”. O caso de maior presença é historicamente do PMDB. A do PT cresceu muito durante os 14 anos, e três eleições municipais, em que o partido esteve no poder central. Também o PSDB e o Progressistas, por razões históricas, têm presença de peso nas cidades. Por outro lado, dados de 2011 mostravam que o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) possuíam tão somente 46 e 63 organismos locais, respectivamente (*idem*).

De acordo com Dantas (2007) e Machado (2007) a presença em vários municípios não significa que um partido tenha identidade clara e homogênea em todos eles, sobretudo no que diz respeito, por exemplo, às coligações que celebra para a disputa de prefeituras. O cientista político italiano Ângelo Panebianco (1988) afirmava que, em sistemas federativos como o brasileiro, os partidos tendem a um comportamento descentralizado, ou seja, dificilmente conseguem se organizar em torno de uma linha de ação nacional e homogênea. Reforça essa percepção a afirmação de David Fleischer (2002), para quem os partidos políticos brasileiros formam, para dizer o mínimo em termos de fragmentação, uma confederação condizente com o total de organismos estaduais de cada legenda. Isso significa dizer que, de acordo com tal percepção, teríamos 27 PT's, 27 MDB's e assim por diante.

Localmente esse sentimento não é muito diferente e pode acentuar ainda mais a sensação de heterogeneidade dos partidos. Em artigo escrito para a revista acadêmica da Fundação Liberdade e Cidadania, do Democratas, Dantas e Praça (2012) reproduziram a fala de um ex-parlamentar, hoje governador de estado, nos bastidores de um programa de TV: “Partido é igual à Casa do Pão de Queijo, quem compra a franquia explora a marca”. A visão empresarial sobre a lógica das franquias pode estar distorcida, mas o comportamento das legendas não escapa muito a essa sensação ilustrada por aquele político. As alianças entre legendas para a disputa de prefeituras deixam isso bastante claro.

Na Tabela 1 é possível visualizar o total de cidades em que cada partido selecionado esteve aliado a outro, sendo A apoiando um candidato de B, sendo B apoiando uma candidatura de A, ou A e B unidos apoiando um nome apresentado por um terceiro partido. O ano de 2012 foi escolhido por ser aquele no qual, entre 2000 e 2016, os dez partidos escolhidos estavam mais presentes nas cidades. O dado que inicialmente mais chama a atenção é a ausência de tendências claras de alinhamento ideológico entre os partidos, e mesmo entre as representações locais desses partidos e a sua identidade no plano nacional. Em 2012, Dilma Rousseff (PT) estava em seu segundo ano de mandato presidencial, sua popularidade atingia 62% de apoio de acordo com o Datafolha entre agosto e dezembro e uma ampla aliança de legendas dava sustentabilidade à sua agenda no Congresso Nacional.

Tabela 1 – Alianças entre partidos selecionados para a disputa de prefeituras em 2012

| 2012 | PP | DEM | PR | PTB | PMDB | PSDB | PPS | PDT | PSB | PT |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----|
| PP | | | | | | | | | | |
| DEM | 1.646 | | | | | | | | | |
| PR | 1.511 | 1.536 | | | | | | | | |
| PTB | 1.734 | 1.528 | 1.449 | | | | | | | |
| PMDB | 1.739 | 1.612 | 1.567 | 1.766 | | | | | | |
| PSDB | 1.909 | 1.991 | 1.571 | 1.723 | 1.762 | | | | | |
| PPS | 1.192 | 1.226 | 1.032 | 1.138 | 1.250 | 1.373 | | | | |
| PDT | 1.521 | 1.346 | 1.308 | 1.532 | 1.654 | 1.523 | 1.167 | | | |
| PSB | 1.455 | 1.291 | 1.324 | 1.439 | 1.554 | 1.469 | 1.130 | 1.489 | | |
| | 1.531 | 1.041 | 1.402 | 1.493 | 2.028 | 1.104 | 1.007 | 1.702 | 1.697 | |

Fonte: Dantas, 2013

Em termos quantitativos se nota que nenhuma relação da Tabela 1 ocorreu menos de mil vezes — PT e PPS estiveram unidos em 1.007 locais — e apenas uma delas superou discretamente dois mil arranjos:

PT e PMDB, que, para além de parceiros no campo federal, foram os partidos mais presentes nas cidades brasileiras naquele ano. Existisse um comportamento nacionalizado, ou claramente ideologizado, e alguns dos cruzamentos da tabela se aproximariam mais de zero, enquanto outros atingiriam números mais expressivos. Os dados denotam caos? Não necessariamente.

Primeiro porque, se a unidade de análise fosse cada estado da Federação, tornaria-se mais evidente certa estabilidade nas alianças entre partidos ao longo dos pleitos analisados (Dantas, 2009 e 2007). Segundo porque as dinâmicas locais podem emprestar sentido a esse comportamento (Dantas, 2007 e Machado, 2007). O que se pode concluir a respeito da heterogeneidade das alianças partidárias feitas ao nível local é que partido algum no Brasil consegue controlar verticalmente, a partir de suas executivas nacionais, milhares de acordos municipais.

Outro ponto a salientar é que, à medida que os partidos de esquerda, em particular o PT, chegaram aos governos federal e estaduais, as suas alianças se tornaram mais amplas e ideologicamente heterogêneas. A partir de 2003, o PT deixa de ser um partido de esquerda que resistia a acordos com a direita para se tornar mais flexível, agindo como legenda de governo e se associando mais facilmente com diversas agremiações em diferentes municípios (Miguel e Machado, 2010).

Prova disso é que os dados da Tabela 2, mostrando como as alianças avançaram percentualmente em 2012 quando comparadas a 2000, apontam que a associação que mais cresceu foi, justamente, aquela entre PT e PP, iconograficamente simbolizada pela fotografia de Lula e Fernando Haddad abraçando Paulo Maluf nos jardins da casa deste último em agradecimento à aliança na capital paulista em 2012. É igualmente relevante notar que nenhum número na tabela é negativo, ilustrando avanço em todos os acordos. Por fim, destaca-se como a esquerda, sobretudo o PT e o PSB, ampliaram seus respectivos leques de parcerias com a direita.

Tabela 2 – Variação percentual de alianças entre partidos selecionados para a disputa de prefeituras em 2012 em relação a 2000 (%)

em destaque aliança que superaram o dobro de aumento no período

| 2012/2000 | PP | DEM | PR | PTB | PMDB | PSDB | PPS | PDT | PSB | PT |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----|
| PP | | | | | | | | | | |
| DEM | 1,79 | | | | | | | | | |
| PR | 104,74 | 57,22 | | | | | | | | |
| PTB | 45,59 | 13,44 | 78,89 | | | | | | | |
| PMDB | 37,15 | 14,73 | 84,35 | 45,59 | | | | | | |
| PSDB | 50,20 | 24,05 | 98,61 | 35,14 | 23,04 | | | | | |
| PPS | 90,42 | 76,91 | 136,16 | 91,58 | 45,35 | 62,10 | | | | |
| PDT | 94,50 | 69,52 | 163,71 | 108,72 | 67,07 | 92,54 | 93,85 | | | |
| PSB | 242,35 | 168,96 | 296,41 | 223,37 | 175,04 | 155,92 | 119,42 | 173,21 | | |
| PT | 557,08 | 445,03 | 520,35 | 402,69 | 188,07 | 144,79 | 91,44 | 159,45 | 186,66 | |

Fonte: Dantas, 2013

Se, por um lado, a Tabela 2 indica que as alianças se tornaram mais diversas, o número de candidatos a prefeito se manteve relativamente estável. Fica abaixo de 15 mil em 2000 e 2008, pouco acima desse patamar em 2004 e 2012, e supera 16 mil chapas apenas em 2016. Esse aparente paradoxo, criado a partir do aumento da presença dos partidos nas cidades sem consequente crescimento do total de candidatos às prefeituras, é explicado pelo que Maurice Duverger (1987), teórico dos partidos políticos, chamou de Lei de Bronze: sistemas majoritários uninominais de turno único, como são as eleições para prefeito em mais de 98% das cidades brasileiras, tendem a produzir uma disputa bipolar. Em 2000, por exemplo, cada candidatura a prefeito no país carregava consigo uma média de 2,9 partidos, crescendo para 3,4 em 2004 e 4,1 em 2008. Em 2012 e 2016 esse total chegou a 4,9, reforçando a ideia de que as legendas efetivamente se espalharam pelo território nacional, persistindo a concentração delas em torno de poucas candidaturas, o que finda

elevando de maneira significativa a diversidade de combinações nos desenhos das coligações municipais.

Embora as disputas locais não espelhem o comportamento das legendas em âmbito nacional, o partido do presidente da República tende a ter bom desempenho nas eleições municipais. Sempre que uma nova legenda chega ao Palácio do Planalto, existe uma tendência de que sua presença se espalhe pelas cidades. Em 1992, ainda bastante jovem no cenário partidário, o PSDB conquistou pouco mais de 300 vitórias para o Poder Executivo municipal em todo o Brasil. Em 1996, a partir da chegada de Fernando Henrique Cardoso ao Planalto em 1995, a legenda conquistou quase mil cidades, ampliando discretamente o número em 2000, quando ainda estava no poder central (Nagy e Somain, 2016). Por sua vez, o PT aumentou em mais de três vezes o número de prefeituras conquistadas pelo partido depois que chegou ao poder federal: 187 prefeituras conquistadas em 2000, 410 em 2004, 558 em 2008 e 639 em 2012 (*idem*).

Este peso da legenda que está no Planalto pode estar associado à dependência econômica dos municípios em relação ao governo federal (Dantas, 2007). Ou seja, a força do partido que detém o poder federal estaria relacionada à distribuição de recursos voluntários do orçamento nacional aos municípios e à incidência de políticas públicas nacionais com forte impacto nas realidades das cidades, sobretudo das menores. De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2016 quase 70% dos municípios brasileiros possuíam populações com menos de 20 mil habitantes e dependiam em 90% ou mais de suas receitas dos repasses estaduais e, sobretudo, federais (FIRJAN, 2018).

Além disso, é relevante destacar que o conjunto dos partidos de esquerda se beneficiou com a chegada do PT ao poder federal. Enquanto PPB/PP, PL/PR, PFL/DEM e PTB estiveram presentes em média em 3.627 cidades em disputas majoritárias em 2000, com média de 1.342

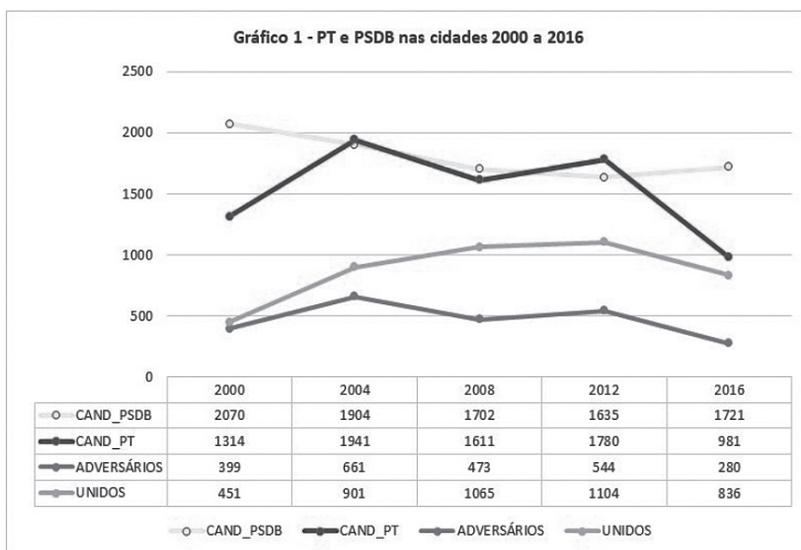
candidatos cada um naquele ano, os integrantes do quarteto formado por PT, PSB, PDT e PSB estiveram presentes em média em 2.476 municípios, com média de 830 candidatos cada um. Dezesesseis anos depois, a presença dos partidos mais à direita nas disputas municipais cresceu 10,1% em relação a 2000, ao passo que os partidos mais à esquerda aumentaram suas respectivas participações em 56,7%.

Em igual período, assiste-se ao declínio relativo do principal partido municipalista do Brasil. Em 1988, o então PMDB (hoje MDB) elegeu 1.606 prefeitos, mais de um terço das cidades brasileiras num país que à época contava com pouco mais de 4.000 municípios. A legenda, vista como a principal responsável pelo processo de redemocratização do país, esteve no governo federal entre 1985 e 1989, e nas eleições estaduais de 1986 elegeu os governadores de 22 dos 23 estados brasileiros, bem como mais da metade dos deputados federais da Câmara. Bizarro Neto (2013) destaca a decadência do PMDB, com ênfase para o estado de São Paulo entre 1994 e 2010, lembrando aqui que o partido, a despeito da perda de força nacional, manteve intacta até 2016 a conquista de mais de mil cidades a cada eleição. O percentual de tais conquistas, no entanto, apresentou declínio. Nos dois pleitos locais mais recentes (2012 e 2016), por exemplo, foram menos de 20% do total de cidades do país (Nagy e Somain, 2016).

A redução do impacto do MDB no nível nacional — seu último candidato à Presidência foi Orestes Quércia em 1994, que terminou o primeiro turno com menos de 5% dos votos válidos —, a mudança na estratégia organizacional diante da perda de hegemonia e o surgimento de partidos capazes de ocuparem parte de seu espaço de legenda governista — formando o que se convencionou chamar de Centrão — são hipóteses a serem anotadas e exploradas em estudos sobre a legenda. Couto, Abrucio e Teixeira (2014), por exemplo, se referem a tal transformação como sendo marcada pela passagem de um partido protagonista para a condição de um parceiro estratégico de governabi-

lidade. Em trabalho de 2013, esse mesmo trio de autores afirma que “o PMDB persiste como maior partido do país em número de prefeituras, o que revela sua capilaridade e implantação no território nacional, mas continua sem a possibilidade de ter candidatura própria viável à Presidência da República, uma vez que não possui liderança política que seja capaz de mobilizar a sociedade e unir o partido”.

Por fim, é necessário observar que a polaridade entre PT e PSDB, que marcou a política nacional entre 1994 e 2014, não se reproduziu da mesma maneira no nível local. O Gráfico 1 mostra que nas cidades eles foram muito mais aliados do que adversários diretos — um candidato de A *versus* um candidato de B. Em 2000, antes de o PT chegar ao poder federal e quando ainda se mostrava mais aguerrido do ponto de vista ideológico, as alianças com o PSDB foram pouco numerosas, assim como os enfrentamentos (neste caso porque o partido tinha ainda limitada presença nos municípios). O quadro muda depois que o PT chega ao Planalto. Não apenas o número de enfrentamentos aumenta, mas, o que é mais notável, o número de alianças com o PSDB em nível local cresce a uma taxa ainda mais elevada que aquela dos enfrentamentos, nos três pleitos de 2004 a 2012. Mesmo em 2016, no auge da polarização entre as duas legendas e em meio ao *impeachment* de Dilma Rousseff, as alianças firmadas entre os dois partidos caem em ritmo mais lento do que a queda na presença de candidatos petistas, ao passo que a redução do número de enfrentamentos se dá em ritmo mais rápido.



Fonte: dados do Tribunal Superior Eleitoral tabulados para esse artigo

Com base em tais resultados, é possível afirmar que: a despeito de a polarização entre os dois partidos ocorrer em estados de grande eleitorado, no plano federal e em cidades relevantes em termos populacionais, na maioria dos municípios a realidade foi outra. É o que apontam Sandes e Almeida (2014), ao afirmarem que “as disputas entre PT e PSDB se tornaram mais nítidas nos municípios mais populosos, cujo benefício eleitoral é maior”. Na maioria das cidades, como se costuma dizer no universo político, partido por vezes é apenas a roupagem utilizada por grupos locais para o cumprimento de uma determinação legal associada à filiação para a disputa de eleições com base em critérios de elegibilidade. Aqui volta a fazer sentido a metáfora da Casa do Pão de Queijo apresentada por Dantas e Praça (2013), ou seja, a percepção de que a “tese da racionalidade política contextual prepondera nos menores municípios” (Sandes e Almeida, 2014).

Eleições municipais e o impacto “das” e “nas” realidades estaduais e nacional

Compreender o impacto das eleições municipais sobre os pleitos estaduais e federais seguintes, bem como entender inversamente como tais disputas influenciam as corridas municipais, é assunto que tem desafiado a ciência política ao longo dos anos. O objetivo aqui não é esgotar esse debate. As respostas a essa questão diferem, principalmente, de acordo com as variáveis observadas e os cargos destacados nas análises. Por exemplo: as eleições municipais não tendem a impactar de maneira clara a corrida presidencial, mas podem ter forte influência nas disputas de parte das vagas da Câmara dos Deputados. Em 2001, Pereira e Rennó, buscando compreender as dinâmicas político-institucionais que levaram um deputado federal a ser reeleito em 1998, concluíram de modo apenas exploratório que: “essa relação entre eleitor e representante é muito mais dinâmica e complexa do que pode parecer, sendo mediada por uma série de outros atores locais tais como prefeitos, vereadores e líderes comunitários que apoiarão o seu representante federal se ele conseguir beneficiar essa rede de interesses”.

Avelino, Biderman e Barone (2012) avançaram na pesquisa dessas relações e seus efeitos eleitorais e perceberam que existem “evidências de um forte efeito *coattail* reverso, chamando a atenção para a importância das organizações partidárias municipais para entender os resultados nas eleições proporcionais estaduais”. Isso significa dizer que as estruturas partidárias e políticas locais impactam as eleições proporcionais realizadas nos estados — deputados estaduais e federais. Nesse mesmo sentido, mas numa lógica *coattail* padrão, Luz e Dantas (2017) conseguem mostrar a existência de evidências de que os deputados federais, por meio de suas emendas individuais, “beneficiam políticos de seu partido; contribuem com agentes do que poderia ser seu ‘grupo político’ para além da legenda às quais pertencem;

procuram adensar a disputa local contra adversários em redutos estratégicos; ou mesmo tendem a alavancar suas próprias candidaturas a prefeito em cidades específicas”. Assim, a relação, por exemplo, entre as eleições majoritárias municipais e o cargo de deputado federal, ou mesmo estadual, seria bastante forte. Luz (2013) já havia sugerido relação importante entre recursos ministeriais investidos nos estados e estratégias eleitorais partidárias e de políticos em ações para a disputa de governos estaduais ou mesmo prefeituras.

O controle das máquinas dos governos estaduais é um fator de peso nas eleições municipais. Dantas (2009) aponta que, quanto mais longa a permanência de um partido, ou grupo político, no domínio de uma unidade da federação, maior a influência sobre a realidade das eleições municipais. O contrário, em alguma medida, também pode ocorrer: muitos prefeitos alinhados podem contribuir com a manutenção de um dado grupo no poder estadual. O PSDB, por exemplo, comandando São Paulo desde 1995, chegou a conquistar cerca de 30% das prefeituras do estado numa mesma eleição — em 2004 e 2008 — assim como já governou em algum instante, entre 2001 e 2020, cerca de 75% das cidades do estado. Tais resultados reforçam a percepção de Dantas (2007) sobre a força do partido do governador nas realidades eleitorais municipais. Nessa linha, outros exemplos podem ser destacados: em 2016, governando o Mato Grosso do Sul e assistindo ao enfraquecimento das forças políticas do PMDB e do PT, o PSDB conquistou quase metade das cidades do estado; o PSB, em Pernambuco, sob o controle, principalmente, de Eduardo Campos, não fez diferente; o PFL, na Bahia dos tempos de Antônio Carlos Magalhães, conquistou espaços relevantes; e o PT, no Acre, entre 1996 e 2016, também.

No que diz respeito às eleições presidenciais e sua respectiva relação com a realidade municipal, Sandes e Almeida (2012) indicam que “o impacto da presidencialização da competição eleitoral se apresen-

tou mais acentuado nos municípios mais populosos”, mas é importante considerar a lógica local, bem como os achados de Couto, Abrucio e Teixeira (2013), para quem “as eleições municipais têm vínculos complexos e não lineares com as eleições nacionais (...) e a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”.

Em suma, há indicações de uma relação forte entre eleições municipais e eleições proporcionais para as Assembleias Legislativas estaduais e para a Câmara dos Deputados. Assim, a quantidade significativa de deputados federais eleita por uma legenda lhe renderia recursos partidários extraordinários para que seus parlamentares, em boa parte das vezes, distribuam recursos para as campanhas dos membros de seus grupos políticos locais, sendo retroalimentados por eles nos pleitos estaduais seguintes. Até 2012, por exemplo, era bastante comum que um deputado federal visitasse empresas com as quais tinha proximidade solicitando doações para seus políticos regionais — o que teve fim com a proibição do Supremo Tribunal Federal à prática de doação de pessoas jurídicas às campanhas.

A despeito dos achados aqui apresentados, é bom lembrar o que dizem Couto, Abrucio e Teixeira (2013): “A conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima”. Em 2016, por exemplo, o PSDB saiu das eleições municipais extremamente fortalecido, conquistando eleitorados estratégicos nos municípios brasileiros. Seu arco de alianças em torno da candidatura de Geraldo Alckmin capturava, em tese, recursos eleitorais e políticos expressivos. Contrariamente às expectativas, o partido sofreu uma fragorosa derrota nas eleições presidenciais e viu seu número de representantes na Câmara dos Deputados se reduzir nas eleições de 2018. Já o PT, que saiu bastante enfraquecido das urnas em 2016, chegou ao segundo turno presidencial em 2018 e fez a maior bancada da Câmara dos Deputados naquele ano. A conjuntura, nesse sentido, teria

um impacto robusto. Mas não é possível descartar a hipótese de que o último pleito nacional e estadual pode ter sido algo totalmente fora dos padrões políticos do Brasil, o que adiciona incertezas sobre o processo de 2020 que serão observadas mais adiante nesse artigo.

O que 2020 nos reserva em matéria de desafios eleitorais?

Importante dividir essa seção em duas partes. Na primeira, abordarei as mudanças legais para o pleito de 2020. As duas principais delas estão associadas ao financiamento de campanhas e às eleições proporcionais. O pleito de 2016 foi significativamente atípico, quando comparado aos anteriores. Não apenas foi dos que menor atenção recebeu de parte da imprensa, mais interessada em cobrir o impeachment de Dilma e a posse de seu vice-presidente, além da corrida para a Casa Branca, afinal vencida por Donald Trump, como também foi a primeira a se dar depois das decisões de encurtar o tempo de campanha (de 90 para 45 dias, com redução na exposição das candidaturas no rádio e na TV) e proibir o financiamento empresarial, sem qualquer medida compensatória em termos de recursos econômicos. Resultado: 2016 foi uma eleição entendida como “secreta”, onde o peso do autofinanciamento e das contribuições de pessoas físicas dobrou em relação a 2012, impulsionando nomes, em muitos casos, pouco conhecidos do eleitorado e/ou muito ricos.

A primeira novidade de 2020, em tese, é a entrada de recursos públicos de cerca de R\$ 2 bilhões nos cofres dos partidos políticos para a realização das campanhas locais. Essa novidade levanta duas questões. A primeira diz respeito a como será financiada: com recursos públicos equivalentes aos de 2018, quando o Fundo Eleitoral debutou, uma disputa eleitoral que, em comparação com as eleições disputadas nacional e estadualmente, costuma ter entre 15 e 20 vezes mais can-

didatos? O clamor de parcelas da sociedade e da mídia, e a ameaça de o presidente da República vetar um valor maior para tal rubrica orçamentária, deixaram o Fundo Eleitoral com recursos praticamente idênticos àqueles de dois anos atrás. A segunda questão diz respeito a quem controlará e como serão gastos esses recursos? Por exemplo, os partidos reservarão recursos para os municípios maiores, deixando à míngua os candidatos nas pequenas cidades? Além disso, como atuará a Justiça Eleitoral na fiscalização do uso desses recursos? São perguntas para as quais não há respostas claras por ora.

Além da forte presença do financiamento público pela primeira vez numa eleição municipal, o pleito de 2020 inaugura a proibição às coligações partidárias para as eleições proporcionais, no caso para as Câmaras de Vereadores. A Emenda Constitucional 97 fez com que parte do artigo 17 da Constituição Federal passasse a vigorar com a seguinte redação:

“É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária” (parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional 97 de 2017, grifo nosso)

Como a mudança legal leva à disputa para um território ainda desconhecido, não resta senão construir hipóteses prospectivas sobre as estratégias eleitorais que os partidos adotarão para se adaptar à nova realidade. Com esse intuito, cabe levantar a seguinte questão: haverá

um aumento no total de candidaturas a vereador ou uma a concentração em torno de alguns grupos locais coletivamente mais bem organizados? Num primeiro momento certamente veremos todo tipo de tentativa pelos agentes políticos, o que certamente trará incertezas que podem resultar numa reflexão por parte de deputados federais que disputarão o pleito de 2022 sob essa nova realidade. Se o resultado for visto com grau de incerteza elevada, aumentam as chances de os parlamentares nacionais discutirem mais uma reforma política em 2021.

Quando as coligações para as eleições proporcionais eram permitidas, a formação de alianças majoritárias em torno de uma chapa para prefeito e vice trazia consigo o desafio, estrategicamente negociado, de separar os partidos componentes do grande acordo em blocos de legendas que formavam coligações menores para a disputa das vagas nas Câmaras — em 2016, por exemplo, o Brasil superou 15 mil candidaturas a prefeito e foram apresentadas mais de 25 mil chapas para as eleições proporcionais. Assim, uma aliança de dois ou mais partidos, em boa parte das cidades estava limitada legalmente a lançar candidatos em número até duas vezes maior que o total de vagas em disputa na Câmara de Vereadores. Mas, se a aliança majoritária se quebrasse em várias coligações para as eleições proporcionais, os partidos ou grupos de partidos poderiam lançar um número maior de candidatos.

Tomemos como exemplo uma coligação de seis partidos apoiando uma chapa majoritária, numa cidade com 11 vagas na Câmara Municipal. Se esses seis partidos se mantivessem unidos na eleição proporcional, a chapa única poderia lançar no máximo 22 candidatos. Mas, se a aliança majoritária de seis partidos se quebrasse em três duplas de coligações para a Câmara de Vereadores, cada uma delas poderia lançar 22 nomes, o que triplicaria o número de candidatos a vereador apoiando a aliança formada para disputar a prefeitura. O risco nessa segunda opção era ficar aquém do coeficiente eleitoral e pulverizar

demais as votações nominais. O tamanho ideal das coligações proporcionais era cuidadosamente negociado pelos melhores estrategistas locais. Com base na experiência, eles sabiam estimar quantos partidos deveriam ficar juntos para que alcançassem o coeficiente eleitoral e garantissem vagas na Câmara Municipal.

O jogo agora mudou e o cálculo anterior já não faz mais sentido, pois os partidos terão que disputar sozinhos as eleições proporcionais. Diante desse quadro e com base no exemplo anterior, o que devemos esperar? Que os seis partidos lancem 16 candidatos cada um ou que o grupo político local que controla essas legendas concentre os nomes fortes num único partido ou em poucos deles? Os grupos locais terão força para aglutinar políticos fortes ou os cálculos individuais de alguns vereadores os levarão para partidos onde tentarão montar chapas que se pulverizarão em dezenas de candidaturas locais? Poderemos ter alguns indícios antecipados de quais estratégias deverão prevalecer — ao término do prazo para filiações e trocas partidárias —, mas as respostas àquelas perguntas só se tornarão claras a partir dos registros de candidaturas e consolidação dos bancos de dados da Justiça Eleitoral.

Salienta-se aqui que não é a primeira vez, em tempos recentes, que vereadores passam por desafios complexos na reformulação de suas estratégias. Em 2004, em pleno ano eleitoral, uma interpretação judicial colocou fim a cerca de 9.000 vagas nas câmaras municipais brasileiras. Por meio da Resolução 21.702, de 02 de abril de 2004, o Tribunal Superior Eleitoral redefiniu o total de vagas de vereadores por cidade. Naquela eleição foi mais difícil conquistar uma cadeira nos parlamentos locais em grande parte das cidades brasileiras.

Independentemente das estratégias dos partidos, importa ressaltar que os eleitores tendem a analisar a realidade municipal em si mesma, sem maior consideração pelo ambiente estadual ou federal (Sandes e Almeida, 2014). Assim, prefeitos bem avaliados tendem a permanecer

no cargo a despeito de arranjos partidários. As pesquisas indicam que o cidadão está em melhores condições para avaliar o desempenho das administrações locais, pois conhece melhor as atribuições da prefeitura e os resultados das políticas públicas em áreas como saúde, educação, transporte etc.

Ainda do ponto de vista do eleitor, cabe indagar sobre a manifestação da chamada apatia eleitoral, refletida no crescente número de votos brancos, nulos e abstenções. Em 2016, o fenômeno apresentou uma incidência bastante heterogênea no Brasil. As análises acadêmicas, desde os anos 90, mostram que “a apatia política” não apresenta uma tendência clara, na contramão da percepção da crônica política” (Fernandes, 2017). Nesse sentido, seria relevante verificar o que de fato ocorre (e ocorrerá) no país, e não apenas em determinadas cidades onde o afastamento eleitoral de grandes parcelas dos eleitores pode chamar mais a atenção.

Por fim, é importante também buscar compreender o peso que as redes sociais e as estratégias verificadas em 2018 podem ter na realidade dos municípios. Aqui a questão central estaria simbolizada pelo impacto do WhatsApp e outras ferramentas mais atuais na forma de o eleitor receber e processar informações, sendo o fenômeno das *fake-news* algo bastante relevante. Chicarino e Segurado (2019) se referem ao fenômeno afirmando que “se inaugura uma nova forma de fazer campanha eleitoral, com mensagens direcionadas e microsegmentadas que faz com que se receba cotidianamente informações sobre um candidato que é feito sob medida às idiossincráticas expectativas e necessidades de cada eleitor (...) Esse novo paradigma (...) favorece identificações extremadas gerando uma militância mais aguerrida”.

Essa nova forma de comunicação vem associada a um rechaço à política tida como tradicional. Já em 2016 foi verificada uma tendência, em algumas cidades, de candidatos a prefeituras de cidades importantes se apresentarem como gestores, administradores e técnicos,

com frequência oriundos do setor privado. O caso de João Dória Jr. em São Paulo talvez tenha sido o mais emblemático, mas em outros tantos locais a estratégia se repetiu. Em 2018, a recusa à política ganhou tom mais agressivo, com Jair Bolsonaro se apresentando como combatente radical da política tradicional, associando-a à corrupção. Em torno do presidente eleito, nomes até então pouco expressivos que buscaram se colar à sua imagem lograram êxito nas eleições para governos estaduais — exemplos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Santa Catarina —, bem como para postos legislativos.

O desejo pela renovação política não é um preditor claro de tendências eleitorais. Mesmo diante de tantos movimentos e grupos que pregam o que seria a “boa política”, a “nova política” ou uma forma “diferente de fazê-la”, Dantas e Sodré (2018) afirmam que “o desejo por uma renovação na política pode ser compreendido por diferentes pontos de vista e o termo ‘renovação’ possivelmente abarca desejos e expectativas distintas para uns e para outros”.

É nesse sentido que fica aqui a questão central de um debate ainda sem resposta: 2018 foi um ponto fora da curva ou inaugurou um novo padrão eleitoral, seja na forma das campanhas, seja em seus resultados, reduzindo o peso dos partidos e aumentando o protagonismo dos candidatos?

Conclusão

Para 2020, será relevante observar se o fenômeno Jair Bolsonaro, que impactou de forma significativa a composição dos partidos na Câmara dos Deputados, trará consequências às realidades municipais. Isso porque a aliança entre PSL e PRTB, pela qual se elegeu, não tem força no nível local. Até 2018 o Partido Social Liberal era classificado pela ciência política numa lista genérica de “pequenos partidos de direita”. Acresce que, antes de seu primeiro pleito municipal como

presidente, Bolsonaro deixou o PSL. O grupo que está no poder nacional optou por tentar construir um novo partido, a Aliança pelo Brasil, mas a legenda sequer conseguiu reunir em prazo legalmente exigido as assinaturas de apoio para disputar as eleições municipais. Assim, aparentemente a influência do presidente nos pleitos locais será reduzida, ou não responderá ao que tradicionalmente se espera desse fenômeno.

Além disso, os partidos fortalecidos nas eleições de 2016 não repetiram tal êxito nas composições de bancadas legislativas em 2018, casos principalmente de PSDB e MDB — no caso desse último será importante verificar como se sairá diante do fato de não fazer mais parte da coalizão governista nacional, condição que o caracterizou durante muitos anos, de acordo com Couto, Abrucio e Teixeira (2014).

Finalmente, tendo em vista essa nova realidade que veio à tona nas eleições de 2018, restará perceber se a lógica conjuntural destacada por Couto, Abrucio e Teixeira (2013) teria peso expressivo na realidade de 2020, assim como torna-se necessário entender se as novas formas de se fazer campanha e construir candidaturas, expostas por Chicarino e Segurado (2019), impactarão o pleito municipal a ponto de arrefecer a força dos políticos estaduais e federais nas órbitas locais. Não existe resposta pronta para tais questões.

Destaco, por fim, que a crise trazida pela pandemia do Coronavírus, e a adoção do isolamento como medida para mitigar os efeitos da doença, afeta o calendário eleitoral. Entre março e abril, a janela legal de transferência partidária dos vereadores, por razões óbvias, sequer entrou no noticiário. O prazo de filiação partidária foi questionado na justiça, que sugeriu que o calendário eleitoral fosse mantido, ao menos, até junho. Mas as convenções partidárias, a serem realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto, e o período de pré-campanha, quando as reuniões são constantes e permitidas em locais

fechados, podem sofrer consequências significativas a depender da evolução da doença.

Neste contexto, surgiram, ainda que embrionariamente, duas teses de adiamento das eleições. É curioso notar, como sinal da fragilidade dos partidos, que dois parlamentares de uma mesma legenda tenham apresentado ideias distintas sobre a realização do pleito municipal. Em março, enquanto o deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO) falava em levar a votação para dezembro de 2020, com a posse dos eleitos em janeiro de 2021, o senador Elmano Ferrer (Podemos-PI) tratava de defender a unificação de todas as eleições em 2022.

A unificação do calendário eleitoral é um pleito que dialoga com críticas sobre a paralisia bienal nas máquinas públicas causada pelas eleições e pode ser considerada democrática, mas deveria ser definida para além de uma situação em que mandatários eleitos para mandatos de quatro anos de representação ficassem mais dois anos no poder sem qualquer posicionamento do eleitorado a tal respeito.

Um outro argumento para justificar a unificação das eleições estaria associado ao gasto com o pleito local. Um processo dessa natureza custa dinheiro, mas percentualmente o montante é pequeno diante do orçamento da União. Aventa-se, por exemplo, a suspensão do Fundo Eleitoral para o pleito de 2020, que poderia ser utilizado para arrefecer os efeitos da pandemia no Brasil, se destinado à saúde. Diante da crise econômica que se anuncia, a suspensão do Fundo Eleitoral pode até ocorrer, mas é importante ressaltar: o país está diante da possibilidade de um déficit fiscal, estimado por autoridades da área econômica, na casa dos R\$ 500 bilhões, o que faria do recurso destinado aos partidos para levarem à sociedade suas campanhas algo equivalente a menos de 0,5% desse total. Além disso, é importante lembrar que em 2016 a eleição municipal foi realizada sem a presença desse fundo.

As razões fiscais não parecem suficientes, pelos efeitos negativos sobre a legitimidade dos mandatos conquistados em 2016, para a pos-

tergação das eleições locais e sua realização em 2022, junto com o pleito para a Presidência, Governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

Referências

BIZZARRO NETO, Fernando (2013). PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL, Jairo (2013). Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

CHICARINO, Tathiana; SEGURADO, Rosemay (2019). Um candidato customizado: as eleições presidenciais de 2018 e o papel das redes tecnossociais. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XX, n. 1.

COUTO, Cláudio; ABRUCIO, Fernando; TEIXEIRA, Marco Antonio (2013). As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

COUTO, Cláudio; ABRUCIO, Fernando; TEIXEIRA, Marco Antonio (2014). De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto; TEIXEIRA, Marco Antonio (orgs.). Análise política & jornalismo de dados – ensaios a partir do Basômetro. Rio de Janeiro: FGV Editora.

DANTAS, Humberto (2007). “Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004”. Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo: USP.

DANTAS, Humberto (2008). Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo? In: 32º Encontro da ANPOCS. Caxambu.

DANTAS, Humberto (2009). Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. Revista Liberdade e Cidadania – Ano II, n. 6, out./dez.

DANTAS, Humberto (2013). Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV, n. 2.

DANTAS, Humberto (2016). Eleições municipais 2016 – percepções ao término do segundo turno. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Boletim Brasil em Foco, outubro de 2016.

DANTAS, Humberto. PRAÇA, Sérgio (2012). Coligações entre partidos nas eleições municipais de 2004 e 2008. Estudo de caso (DEM/PFL e PT). Revista Liberdade e Cidadania – Ano IV, n. 17, jul./set.

DANTAS, Humberto; SODRÉ, Mônica (2019). Renovação? O que de fato verificamos nas eleições de 2018? Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XX, n. 1.

DUVERGER, Maurice (1987). Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

FERNANDES, Ivan. (2017) Alienação Eleitoral: uma visão multidimensional. Revista Parlamento e Sociedade, volume 5, número 9.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018). IFDM 2018 – Índice Firjan Desenvolvimento Municipal. Rio de Janeiro: Firjan.

FLEISCHER, David (2002). As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). Opinião Pública, v 8, n 1, Campinas.

KRAUSE, Silvana (2010). Coligações: o estado e desafio das artes. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Org.) (2010). Coligações Partidárias na nova democracia brasileira. Perfis e tendências. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP.

KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise Paiva (2000). Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. In: XXIV Encontro Anual

da ANPOCS. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Org.) (2005). Partidos e coligações eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp, 2005.

LUZ, Joyce (2013). O lugar dos ministérios no presidencialismo de coalizão. In: VII Congresso Latino Americano de Ciência Política. Bogotá, setembro de 2013.

LUZ, Joyce; DANTAS, Humberto (2017). Coligações majoritárias municipais e emendas parlamentares federais: em busca de conexões. Rio de Janeiro: Revista Cadernos Adenauer – Ano XVIII, n. 2.

MACHADO, Carlos A (2007). M. Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luís Felipe; MACHADO, Carlos A. M (2010). De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto, MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

NAGY, André; SOMAIN, René (2017). Ensinamentos das eleições municipais de 2016 no Brasil. *Confins* [Online], 30 | 2017.

PANEBIANCO, Angelo (1988). Political Parties: Organization and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEIXOTO, Vitor (2010). Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luis Felipe. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio (2001). O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Revista Dados, volume 44, número 2.

SANDES, Vitor; ALMEIDA, Maria Vitória (2014). As coligações para prefeito nas eleições de 2012 e a presidencialização da competição eleitoral nos municípios. In. ROCHA, Marta; KERBAUY, Maria Teresa (orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Editora UFJT.

SCHMITT, Rogério (1999). Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ.

SILVA, Bruno; DANTAS, Humberto (2017). Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016). In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 2017.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>